

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	43
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	45
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	48
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	49
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	50
---	----

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	53.107	55.437
1.01	Ativo Circulante	8.674	10.619
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2	164
1.01.01.01	Caixa e Bancos	0	1
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2	163
1.01.03	Contas a Receber	7.324	8.033
1.01.03.01	Clientes	7.324	8.033
1.01.04	Estoques	69	1.142
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.279	1.280
1.01.08.03	Outros	1.279	1.280
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	250	261
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.029	1.019
1.02	Ativo Não Circulante	44.433	44.818
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.517	20.517
1.02.01.04	Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380
1.02.01.05	Estoques	8.065	8.065
1.02.01.05.01	Estoque de Imóveis	8.065	8.065
1.02.01.07	Tributos Diferidos	11.072	11.072
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	558	558
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	10.514	10.514
1.02.02	Investimentos	11.759	11.966
1.02.02.01	Participações Societárias	11.759	11.966
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.757	11.964
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2	2
1.02.03	Imobilizado	12.157	12.335
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.157	12.335

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	53.107	55.437
2.01	Passivo Circulante	34.679	30.578
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.112	1.701
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.112	1.701
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	2.112	1.701
2.01.02	Fornecedores	8.560	8.486
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.560	8.486
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.110	5.502
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.110	5.502
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	2.309	2.101
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	7.801	3.401
2.01.05	Outras Obrigações	10.973	12.963
2.01.05.02	Outros	10.973	12.963
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Salários	3.171	2.728
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.760	10.193
2.01.06	Provisões	2.924	1.926
2.01.06.02	Outras Provisões	2.924	1.926
2.02	Passivo Não Circulante	119.768	103.198
2.02.02	Outras Obrigações	18	0
2.02.02.02	Outros	18	0
2.02.03	Tributos Diferidos	48.144	48.315
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.144	48.315
2.02.03.01.01	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.182	43.344
2.02.03.01.02	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	4.962	4.971
2.02.04	Provisões	71.606	54.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.000	1.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.000	1.000
2.02.04.02	Outras Provisões	70.606	53.883
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto de Controladas	70.606	53.883
2.03	Patrimônio Líquido	-101.340	-78.339
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.327	9.346
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-138.714	-115.732

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.881	20.577	1.770	2.080
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ ou Serviços	8.765	23.089	2.023	2.366
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-884	-2.512	-253	-286
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.439	-21.197	-1.186	-1.666
3.03	Resultado Bruto	-1.558	-620	584	414
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.380	-20.590	-13.246	-24.644
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.894	-3.469	-2.251	-3.990
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	29	7
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-169	-192	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.317	-16.929	-11.024	-20.661
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.938	-21.210	-12.662	-24.230
3.06	Resultado Financeiro	-1.055	-1.801	-677	-1.369
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.055	-1.801	-677	-1.369
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.993	-23.011	-13.339	-25.599
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	782	1.669
3.08.02	Diferido	0	0	782	1.669
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.993	-23.011	-12.557	-23.930
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.993	-23.011	-12.557	-23.930
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,40714	-0,85225	-0,47000	-0,89000
3.99.01.02	PN	-0,40714	-0,85225	-0,47000	-0,89000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.993	-23.011	-12.557	-23.930
4.02	Outros Resultados Abrangentes	14	29	14	29
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.979	-22.982	-12.543	-23.901

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-162	-95
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.317	-4.131
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Exercício	-23.011	-25.599
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	178	175
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.929	20.661
6.01.01.05	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	645	504
6.01.01.06	Diferimento de Impostos	-58	128
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.155	4.036
6.01.02.01	Clientes	709	-1.496
6.01.02.02	Estoques	1.073	-35
6.01.02.04	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	12	-84
6.01.02.05	Depósito Judicial	-10	0
6.01.02.10	Fornecedores	74	82
6.01.02.11	Salários, Provisão Férias, 13 Salário e Encargos Sociais	1.852	2.597
6.01.02.12	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	3.860	676
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-2.415	2.296
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-24
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	134
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162	15
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	164	9
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2	24

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.011	0	-23.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.011	0	-23.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-19	0	29	0	10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-29	0	29	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	10	0	0	0	10
5.07	Saldos Finais	28.047	9.327	0	-138.714	0	-101.340

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.930	0	-23.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.930	0	-23.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-19	0	29	0	10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-29	0	29	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	10	0	0	0	10
5.07	Saldos Finais	28.047	9.366	0	-55.466	0	-18.053

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	23.089	2.366
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.089	2.366
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.525	-1.512
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.032	-955
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-493	-557
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.564	854
7.04	Retenções	-178	-175
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-178	-175
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.386	679
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-16.929	-20.661
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.929	-20.661
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-13.543	-19.982
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-13.543	-19.982
7.08.01	Pessoal	4.892	3.805
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.775	-1.226
7.08.02.01	Federais	2.186	-1.309
7.08.02.03	Municipais	589	83
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.801	1.369
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.011	-23.930
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.011	-23.930

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	118.535	133.417
1.01	Ativo Circulante	47.801	60.874
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	296	356
1.01.01.01	Caixa e Bancos	259	137
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	37	219
1.01.03	Contas a Receber	32.866	39.220
1.01.03.01	Clientes	18.279	23.634
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	6.787	8.073
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	11.492	15.561
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.587	15.586
1.01.03.02.01	Devedores Venda de Imóveis e Outros Créditos	7.928	10.246
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	6.659	5.340
1.01.04	Estoques	10.847	15.583
1.01.04.01	Material de Construção Revenda	2.278	3.467
1.01.04.02	Estoques de Terrenos	8.569	12.116
1.01.07	Despesas Antecipadas	316	2.239
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.476	3.476
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	3.476	3.476
1.02	Ativo Não Circulante	70.734	72.543
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.465	49.271
1.02.01.04	Contas a Receber	4.539	4.430
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	4.539	4.430
1.02.01.05	Estoques	8.065	8.065
1.02.01.05.01	Estoque de Terrenos	8.065	8.065
1.02.01.07	Tributos Diferidos	36.861	36.776
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.263	4.178
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	32.598	32.598
1.02.02	Investimentos	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	2	2
1.02.03	Imobilizado	20.896	22.766
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.896	22.766
1.02.04	Intangível	361	494

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	118.535	133.417
2.01	Passivo Circulante	108.651	99.346
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.430	12.411
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.430	12.411
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	11.430	12.411
2.01.02	Fornecedores	30.444	30.337
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.444	30.337
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.825	12.719
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.825	12.719
2.01.03.01.02	Obrig Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000	2.309	2.101
2.01.03.01.03	Obrig Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/17	2.532	1.707
2.01.03.01.04	Obrigações Tributárias - Outros	17.984	8.911
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.260	11.262
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.260	11.262
2.01.05	Outras Obrigações	26.920	23.807
2.01.05.02	Outros	26.920	23.807
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Salários	12.957	15.448
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	13.921	8.317
2.01.06	Provisões	11.772	8.810
2.01.06.02	Outras Provisões	11.772	8.810
2.01.06.02.04	Provisões Para Férias, 13 Salário e Encargos	11.772	8.810
2.02	Passivo Não Circulante	111.259	112.435
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	21.354	23.886
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	21.354	23.886
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.354	23.886
2.02.02	Outras Obrigações	82.215	80.859
2.02.02.02	Outros	82.215	80.859
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000	43.182	43.344
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT Lei 13496/17	31.550	31.545
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias - Outros	659	658
2.02.02.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva Reavaliação	4.805	4.815
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	2.019	497
2.02.04	Provisões	7.690	7.690
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.690	7.690
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.690	7.690
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-101.375	-78.364
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.327	9.346
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.327	9.346
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-138.714	-115.732
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-35	-25

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.188	51.547	11.657	24.602
3.01.01	Receita Bruta de Venda de BEns e/ou Serviços	29.258	58.621	13.530	28.567
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-3.070	-7.074	-1.873	-3.965
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.968	-62.660	-20.555	-42.333
3.03	Resultado Bruto	-5.780	-11.113	-8.898	-17.731
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.891	-6.497	-4.601	-7.932
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.414	-6.550	-4.043	-7.292
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.960	-5.643	-3.591	-6.390
3.04.02.02	Honorário dos Administradores	-454	-907	-452	-902
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	523	53	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-558	-640
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.671	-17.610	-13.499	-25.663
3.06	Resultado Financeiro	-2.229	-5.395	-5.527	-10.077
3.06.01	Receitas Financeiras	0	0	32	85
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.229	-5.395	-5.559	-10.162
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.900	-23.005	-19.026	-35.740
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-97	-16	6.463	11.799
3.08.01	Corrente	-97	-101	0	0
3.08.02	Diferido	0	85	6.463	11.799
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.997	-23.021	-12.563	-23.941
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-10.997	-23.021	-12.563	-23.941
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.993	-23.011	-12.557	-23.930
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4	-10	-6	-11
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-10.997	-23.021	-12.563	-23.941
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15	29	14	29
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-10.982	-22.992	-12.549	-23.912
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-10.978	-22.982	-12.543	-23.901
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4	-10	-6	-11

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.544	-2.406
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.233	-31.945
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-23.005	-35.740
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.814	2.116
6.01.01.03	Efeito Líquido da Baixa Imobilizado	259	681
6.01.01.08	Juros a Pagar a Longo Prazo - Parcelamento	1.670	873
6.01.01.10	Diferimento de Impostos	29	128
6.01.01.11	Participação Minoritários no Resultado	0	-3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27.777	29.539
6.01.02.01	Contas a Receber	5.355	12.684
6.01.02.02	Estoques	1.189	829
6.01.02.03	Estoques de Terrenos	3.547	-56
6.01.02.04	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	4.260	-8.984
6.01.02.07	Adiantamento a Fornecedores	-1.319	0
6.01.02.08	Depósito Judicial	-128	523
6.01.02.09	Fornecedores	107	3.919
6.01.02.10	Salários, Provisão Férias, 13 Salário e Encargos Sociais	-510	14.366
6.01.02.11	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	8.150	5.213
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	7.126	1.045
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70	-156
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-70	-156
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.534	2.495
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	-8.534	2.495
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-60	-67
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	356	3.187
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	296	3.120

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339	-25	-78.364
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339	-25	-78.364
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.011	0	-23.011	-10	-23.021
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.011	0	-23.011	-10	-23.021
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-19	0	29	0	10	0	10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-29	0	29	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	10	0	0	0	10	0	10
5.07	Saldos Finais	28.047	9.327	0	-138.714	0	-101.340	-35	-101.375

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.930	0	-23.930	-13	-23.943
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.930	0	-23.930	-13	-23.943
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-19	0	29	0	10	0	10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-29	0	29	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	10	0	0	0	10	0	10
5.07	Saldos Finais	28.047	9.366	0	-55.466	0	-18.053	0	-18.053

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	58.621	28.567
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	58.621	28.567
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-38.843	-15.763
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.508	-14.688
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.335	-1.075
7.03	Valor Adicionado Bruto	19.778	12.804
7.04	Retenções	-1.814	-2.116
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.814	-2.116
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.964	10.688
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	85
7.06.02	Receitas Financeiras	0	85
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	17.964	10.773
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	17.964	10.773
7.08.01	Pessoal	26.822	30.643
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.768	-6.091
7.08.02.01	Federais	6.648	-7.506
7.08.02.02	Estaduais	18	37
7.08.02.03	Municipais	2.102	1.378
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.395	10.162
7.08.03.01	Juros	5.395	10.162
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.021	-23.941
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.011	-23.930
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-10	-11

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário atual

O Brasil, recentemente, experimentou a pior recessão de sua história e conseqüentemente com forte impacto negativo nas empresas aqui instaladas. Os mercados de Construção Pesada e Civil, Infraestrutura, Montagem Eletromecânica e Imobiliário, em que atua a Azevedo & Travassos (Azevedo & Travassos S.A e a suas controladas Azevedo e Travassos Engenharia Ltda. e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.) foram dos mais afetados pela recessão a partir do segundo semestre/16. Desde essa data, a Azevedo & Travassos está atravessando um período caracterizado pela substancial diminuição da Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas foram se encerrando e a reposição normal desta Carteira não foi acontecendo na velocidade que caracteriza a dinâmica do segmento, pois os Clientes passaram a postergar os seus investimentos, diante do cenário de crise política e econômica instalada no Brasil.

Como decorrência, o faturamento médio anual consolidado da Azevedo & Travassos foi reduzido de R\$ 330 milhões para cerca de R\$ 140 milhões em 2016 e de R\$ 73,3 milhões em 2017, provocando uma situação de muitas dificuldades no seu fluxo de caixa e por consequência com fortes reflexos na sua descapitalização que vem se acentuando ao longo do exercício de 2018.

Dentre as iniciativas assumidas pelos acionistas majoritários da ATSA para superar a atual situação de dificuldades da Companhia e das suas controladas, destacam-se as providências para a procura de novo sócio conforme divulgado nos Fatos Relevantes emitidos nos dias 27/03, 02/07 e 20/07/18 e que culminaram com a celebração, em 19/07/2018, do Acordo de Acionistas entre a HELBER S.A. Participações e Administração e a AJC Holding Intermediações e Participações S.A. (AJC), cujo teor pode ser encontrado nos sites da Companhia e da B3. Infelizmente, a AJC deixou de cumprir suas obrigações contratuais provocando o Distrato do referido Acordo em 26/10/2018, conforme divulgado ao Mercado em 07/11/18

Para atender às necessidades de capital de giro e se posicionar de maneira estratégica para as oportunidades que virão com a retomada dos investimentos em infraestrutura nos próximos anos em um mercado fragilizado pela crise dos últimos anos e a necessidade de rígidas normas de *compliance*, a Companhia continua em busca de meios para se capitalizar através dos diversos instrumentos de mercado, parcerias estratégicas e participando em concorrências com parceiros que reforcem sua competitividade na oferta de preços, otimização de recursos e diluição de riscos, garantindo sua continuidade neste segmento em que é reconhecida pelo seu acervo técnico, performance e diligência no cumprimento de seus contratos.

2. Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 Receita

a) **Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)**

O faturamento da ATSA refere-se a cobrança de serviços prestados para a controlada Azevedo & Travassos Engenharia (ATE) e a obras oriundas de órgãos públicos.

Até 30/06/18, a Receita Bruta da Companhia alcançou o valor de R\$ 23.089 mil (R\$ 2.366 mil em 30/06/17), com a prestação de serviços para a ATE e execução das obras para o METRÔ – SP.

O quadro abaixo apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Receita Bruta ATSA – R\$ mil			
Em 30 de junho			
2015	2016	2017	2018
15.851	3.772	2.366	23.089

Comentário do Desempenho

Até 30/06/18 não houve Receita Financeira oriunda de pagamentos pela ATE de Juros sobre Capital Próprio, assim como aconteceu no segundo trimestre do ano passado.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

A Receita Bruta até 30/06/18 foi de R\$ 32.649 mil enquanto que a verificada no mesmo período de 2017 foi de R\$ 26.938 mil, representando um crescimento de 21,2%.

O baixo índice da atividade econômica devido à recessão que se instalou no País, provocou a queda na demanda de contratação de obras sendo um dos principais motivos da redução desta receita em comparação com anos anteriores a 2017.

O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos

Receita Bruta ATE – R\$ mil			
Em 30 de junho			
2015	2016	2017	2018
173.658	98.558	26.938	32.649

Em 30/06/18, a ATE dispunha apenas de R\$ 35 mil em aplicações financeiras (R\$ 2.604 mil em 30/06/17).

Não ocorreu receita financeira no primeiro semestre/18 contra R\$ 85 mil em 30/06/17.

c) Consolidado

Até 30/06/18 a Receita Bruta atingiu R\$ 58.621 mil contra R\$ 28.587 mil ocorrida no mesmo período do ano passado, representando um crescimento de 105,0 %.

A estratégia comercial da Companhia é retomar patamares anteriores de faturamento, seja através de parcerias estratégicas e a busca de novos mercados.

2.2 Resultados

a) Azevedo & Travassos S/A

O Resultado Líquido do primeiro semestre/18 correspondeu a um prejuízo de R\$ 23.011 mil, ante um resultado também negativo de R\$ 23.930 mil ocorrido em 30/06/17.

Este resultado desfavorável deve-se principalmente a:

- Baixa demanda

A baixa demanda por obras contratadas diretamente pela Companhia com órgãos públicos e privados, onde as expectativas indicam uma retomada do mercado já a partir do próximo ano.

- Despesas Financeiras

As despesas financeiras no período alcançaram R\$ 1.801 mil (R\$ 1.369 mil em 30/06/17)

- Equivalência Patrimonial

Expressiva influência desfavorável da Equivalência Patrimonial da controlada ATE no valor de R\$ 16.722 mil (valor também negativo de R\$ 20.661 mil em igual período no ano passado).

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

O Resultado Líquido, até 30/06/18, mostrou um prejuízo de R\$ 16.731 mil e no mesmo período do ano passado teve um valor negativo de R\$ 20.672 mil.

Este prejuízo continua a refletir a forte retração da demanda de serviços de construção provocando uma acentuada queda da Receita Bruta da ATE.

As despesas financeiras da ATE alcançaram um montante de R\$ 3.593 mil em 30/06/18 contra R\$ 8.791 mil em 30/06/17.

Comentário do Desempenho

c) Consolidado

O resultado líquido do Consolidado em 30/06/18 mostrou um prejuízo de R\$ 23.011 mil, sendo que no mesmo período do ano passado o valor do prejuízo líquido alcançou R\$ 23.930 mil.

2.3 Endividamento

a) Azevedo & Travassos S/A

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 45.491 mil em 30/06/18 (R\$ 45.470 mil em 30/06/17) são os passivos mais relevantes da empresa mas onde somente o principal é corrigido pela TJLP e um prazo de mais de 30 anos para quitar.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, os débitos incluídos no Programa não serão considerados na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

Das despesas financeiras registradas em 30/06/18 no valor de R\$ 1.801 mil (R\$ 1.369 mil em 30/06/17), tem-se que R\$ 1.636 mil (R\$ 1.070 mil em 30/06/17) foram geradas pelo seu passivo fiscal, principalmente pelo REFIS e continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

Os restantes R\$ 165 mil foram gerados por despesas financeiras bancárias (R\$ 299 mil em 30/06/17).

Em 30/06/18, a ATSA não tinha nenhum endividamento bancário (R\$ 1.134 mil em 30/06/17).

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O endividamento bancário, em 30/06/18, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (Leasing, CDC e FINAME) alcançou o montante de em R\$ 26.614 mil contra R\$ 35.148 mil em 31/12/17.

Em 04/04/18, foi finalizada a quitação do contrato de financiamento firmado pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) com o China Construction Bank - CCB no valor de R\$ 7.057 mil, através da dação ao CCB do lote 09, localizado à Rua Marilac, Bairro de Pirituba, São Paulo e de propriedade da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda., uma vez que este imóvel figurou como garantia (alienação fiduciária) deste financiamento.

As despesas financeiras da ATE foram de R\$ 3.593 mil em 30/06/18 (R\$ 8.791 mil em 30/06/17).

Em 30/06/18, a ATE não pagou juros sobre Capital Próprio para a ATSA, como também ocorreu em igual período do exercício anterior.

A Diretoria da ATE optou por aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, na modalidade de pagamento da dívida consolidada (R\$ 33.212 mil) em até 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas mediante aplicação dos seguintes percentuais:

- a) da 1ª à 12ª parcela: 0,4% da dívida;
- a) da 13ª à 24ª: 0,5% da dívida;
- b) da 25ª à 36ª: 0,6% da dívida;
- c) da 37ª em diante o saldo remanescente em até 84 prestações mensais.

Nestas condições do parcelamento a dívida em 30/06/18 é de R\$ 34.082 mil, com R\$ 2.532 mil no passivo circulante e R\$ 31.550 mil no não circulante.

Visando diminuir o endividamento está sendo feito um trabalho no sentido da desmobilização dos terrenos da ATSA e subsidiárias com valor de mercado de aproximadamente R\$ 48.079 mil.

Comentário do Desempenho

2.4 Patrimônio Líquido

a) Azevedo & Travassos S/A

O Patrimônio Líquido da ATSA, em 30/06/18, apresentou um valor negativo de R\$ 101.340 mil, contra um valor também negativo de R\$ 78.339 mil ocorrido em 31/12/17 e de R\$ 18.053 mil, em 30/06/17. Esta ampliação foi motivada pelos prejuízos registrados nos últimos anos em função da crise instalada no País.

É importante frisar que a Companhia é proprietária de imóveis localizados na cidade de São Paulo, contabilizados por R\$ 19.953 mil, cujo valor venal de referência usados para cálculo de ITBI é de R\$ 48.079 mil representando uma diferença de R\$ 28.126 mil que poderia ser incorporado ao patrimônio da Companhia se os terrenos fossem registrados pelo seu valor justo.

A ATSA tem ainda R\$ 4.566 mil de créditos referente a prejuízos fiscais não reconhecidos que serão reavaliados ao final do exercício quando poderão ser ativados gerando efeito positivo no Patrimônio Líquido.

Os imóveis da Companhia e das suas subsidiárias estão localizados na cidade de São Paulo, somando uma área total de 70 mil m², além da área 55 mil m² de sua sede.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Em 30/06/18, o Patrimônio Líquido está com um valor negativo de R\$ 70.639 mil, contra um valor também negativo de R\$ 53.908 mil em 31/12/17 e de R\$ 953 mil, em 30/06/17. Este resultado foi provocado principalmente pelos prejuízos registrados em 2016 e 2017 e no primeiro semestre/18.

Existem R\$ 26.180 mil de créditos fiscais referentes a prejuízos fiscais não reconhecidos. A Companhia irá reavaliar suas projeções no final do exercício visando reconhecer a totalidade deste saldo, o que, se confirmado, trará efeito positivo no patrimônio líquido.

Em complemento, aguarda-se a modulação dos efeitos da decisão de 15/03/17 do Supremo Tribunal Federal na RE nº 574.706, para reconhecimento de um crédito no valor aproximado de R\$ 5.455 mil referente a ação proposta pela ATE para a exclusão do ISS da base do cálculo do PIS e COFINS que deverá produzir um efeito positivo no Patrimônio Líquido da ATE.

Ademais, há que se destacar que até o presente momento não houve nenhuma decisão determinando o sobrestamento (suspensão) dos processos até apreciação pelo STF dos Embargos opostos pela União Federal, o que leva a crer que a ação da Controlada prosseguirá o seu curso normal.

Finalmente, é oportuno trazer recente decisão proferida pela Desembargadora Federal Marli Ferreira do TRF da 3ª Região: *“Por outro lado, não há como aguardar que, eventualmente, o C. Supremo Tribunal Federal module os efeitos do RE nº 574.706/PR, sob pena de eternização dos processos judiciais.”* (Processo nº 5024402-45.2017.4.03.0000).

2.5 LAJIDA

O quadro adiante mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA e da controlada ATE no período de janeiro a junho de 2018 e 2017.

	LAJIDA – R\$ mil			
	Consolidado		ATE	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro Operacional	(23.005)	(35.740)	(16.816)	(30.802)
Despesas Financeiras	5.395	10.162	3.593	8.791
Receitas Financeiras	0	(85)	0	(85)
Depreciação e Amortização	1.814	2.116	1.636	1.941
LAJIDA	(15.796)	(23.547)	(11.587)	(20.155)

Comentário do Desempenho

Os valores da LAJIDA refletem os resultados desfavoráveis do Consolidado e da ATE ocorridos no primeiro semestre/18 e revelam a situação de dificuldades atravessada pela ATSA e ATE, desde o segundo semestre de 2016 e já relatada em nossos ITR anteriores. Vale considerar que a LAJIDA do segundo trimestre/17 teve o efeito positivo de R\$ 8.670 mil referentes a lançamento no ativo da ATE de custos a apropriar em contratos futuros, lançamento que não foi efetuado no segundo trimestre/18.

3. Empresas coligadas à ATSA e ATE

Visando atender à demanda de obras e serviços na área de infraestrutura que deverá surgir com as concessões e privatizações, em março/18, foi efetivada a alteração do Contrato Social da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. (ATDI-IV), passando a sua denominação para Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT- INFRA).

As empresas com a formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico apresentam a seguinte situação em 30/06/18:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividade, aguardando definição em função dos seus terrenos terem sido utilizados para quitação de parte do financiamento da ATE com a Caixa Econômica Federal.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): sem atividade, aguardando definição, pois seu terreno foi utilizado para quitação do financiamento da ATE com o China Construction Bank- CCB.

4. Investimentos

Até 30/06/18, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 70 mil (R\$ 132 mil em 30/06/17). Estes valores devem-se à deliberação da Administração da Companhia em restringir a realização de novos investimentos até que se confirme um melhor cenário das atividades da empresa diante da situação econômica do País. Em 30/06/18, o total de endividamento referente a Leasing, CDC e FINAME passou para R\$ 485 mil contra R\$ 996 mil em 30/06/17.

5. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo *GRI* – *Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS, dentre outros.

Comentário do Desempenho

6. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da B3. O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

7. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Grant Thornton Auditores Independentes S/C não efetuou outros serviços para a Companhia, além da emissão do Relatório de Revisão Especial sobre ITR do segundo trimestre de 2018.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma for indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Atividades das empresas do grupo

A Azevedo & Travassos S.A. (a “Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede à Rua Vicente Antonio de Oliveira, 1.050, São Paulo, SP. As demonstrações Contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (“Grupo”).

A Companhia negocia suas ações na B3, sob as siglas AZEV4 (ON) e AZEV4 (PN).

A controladora ATSA bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (“ATE”) tem como atividades principais o planejamento e execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

Para atender à demanda de obras e serviços na área de infraestrutura fruto das concessões e privatizações, foi alterado o Contrato Social da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. (ATDI-IV), que passa a ser denominada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT – INFRA).

1.2 Relação de entidades controladas

As empresas com a formatação de SPE – Sociedade de Propósito Específico apresentam a seguinte situação em 30 de junho de 2018:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): em fase de encerramento;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): sem atividade, pois seus terrenos foram dados em pagamento de parte do financiamento da ATE junto a Caixa Econômica Federal;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): sem atividade, pois seu terreno foi dado para quitação do financiamento da ATE com a China Construction Bank – CCB.

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo:

	30/06/2018		31/12/2017	
	%	Controlada	%	Controlada
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	99,95	Direta	99,95	Direta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	100	Direta/ indireta	100	Direta/ indireta
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada				
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.)	100	Direta/ indireta	100	Direta/ indireta

Notas Explicativas

1.3. Estratégia operacional

Em 30 de junho de 2018, o Grupo apresentou prejuízo de R\$ 23.021, um capital circulante líquido negativo de R\$ 60.850 e patrimônio líquido negativo em R\$ 101.375. Estes números refletem o atual momento do Grupo e do mercado de construção pesada do país, onde, a partir do segundo semestre de 2016, convive com uma substancial redução da carteira de obras, fruto do encerramento de diversos contratos, sem a reposição característica da construção pesada pois os clientes postergaram seus investimentos frente a grave crise econômica brasileira e sua instabilidade política, notadamente nos investimentos em infraestrutura.

O Grupo tem como estratégia operacional para melhoria de geração e do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- a) Para atender às necessidades de capital de giro e se posicionar de maneira estratégica para as oportunidades que virão com a retomada dos investimentos em infraestrutura nos próximos anos em um mercado fragilizado pela crise dos últimos anos e a necessidade de rígidas normas de *compliance*, a Companhia continua em busca de meios para se capitalizar através dos diversos instrumentos de mercado, parcerias estratégicas e participando em concorrências com parceiros que reforcem sua competitividade na oferta de preços, otimização de recursos e diluição de riscos, garantindo sua continuidade neste segmento em que é reconhecida pelo seu acervo técnico, performance e diligência no cumprimento de seus contratos;
- b) Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na redução de custos, se adequando ao seu atual patamar de faturamento;
- c) Continuar seu trabalho de alongamento de dívidas para adequá-las a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagas com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização;
- d) Os controladores já disponibilizaram imóveis para oferecer em garantia em operações de capital de giro e renegociação de dívidas.
- e) Os controladores disponibilizaram para a empresa uma linha de mútuo no valor de até R\$ 2.000 para capital de giro;
- f) Executar os contratos de suas carteiras de obras, como os a serem contratados, dentro das margens orçadas;
- g) Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos que permitam voltar a receita bruta consolidada aos patamares anteriores. Neste esforço, mesmo em condições tão restritas, no exercício de 2018 o Grupo entregou R\$ 1.697.431 em propostas, sendo R\$ 387.000 em consórcio. A empresa possui uma média histórica nos últimos 10 anos em torno de 9% do total de propostas apresentadas, sendo aprovadas;
- h) Desmobilizar os terrenos de sua propriedade e subsidiárias, todos localizados na área urbana da cidade de São Paulo, cujo valor de ITBI, base das tributações imobiliárias, é de R\$ 64.600, muito superior ao contábil;
- i) Receber os créditos referentes a serviços realizados e não medidos pelo Metrô nos contratos da Ciclovía e Estações;
- j) Receber os créditos referentes aos serviços realizados e não medidos pela Transpetro e Petrobrás/UOBA;
- k) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS-I onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide Nota no 21(a));
- l) Equacionar os débitos tributários federais da controlada ATE, através da possibilidade de da efetivação da dação em pagamento de bens imóveis que os controladores estão disponibilizando, nos moldes estabelecidos pela Lei 13,259/2016(art.4º.) e Portaria PGN 32/2018. Não obstante, a controlada ainda apresenta a possibilidade de parcelamento convencional (Ordinário), no qual os débitos poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas nos termos da legislação vigente.
- m) A Companhia possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide Nota no 21 (b) e 21 (g4)). O Grupo pretende negociá-los visando reforçar seu capital de giro, uma vez que os mesmos possuem liquidez, mesmo que com deságio;

Notas Explicativas

- n) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório no 203/83 no valor de R\$ 3.848;
- o) Prosseguir com ação judicial contra o DER-SP cobrando a alteração de alíquota do ISS de 3% para 5% relativa a obra do viaduto no Município de Cubatão;
- p) Cobrar o recebimento da Sinopec International Petroleum Service Corporation referente a "claim" que foi devidamente julgado pela London Court of Internation Arbitratio (LCIA), decorrente da execução em Consórcio da obra de construção do gasoduto GASCAC – Trecho 3-A, cujo valor proporcional a participação da Azevedo & Travassos Engenharia perfaz o montante de R\$ 4.095;
- q) Prosseguir com as ações ajuizadas no Tribunal Regional Federal da Terceira Região já com vitórias em 1ª e 2ª Instâncias, pela Companhia e pela ATE para a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com a finalização do julgamento do RE 574.706 pelo Superior Tribunal Federal com decisão com efeito de repercussão geral favorável ao contribuinte em 15 de março de 2017, estas ações que estavam sobrestadas deverão retomar os seus andamentos com o reconhecimento do direito creditório da Companhia e da controlada;
- r) Ajuizar ação judicial objetivando a exclusão da CPRB “Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta” da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, tendo em vista o julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Adicionalmente, o Relatório da Administração complementa estas Notas Explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 “Demonstrações Intermediárias” e com as normas internacionais *IAS 34 “Interim Financial Reporting”*, emitida pelo “*International Accounting Standard Board (IASB)*” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações intermediárias (ITR).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota 3 das Demonstrações Contábeis Anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 22 de abril de 2018, com exceção das novas normas contábeis em vigor após 1º de janeiro de 2018 divulgadas em Nota Explicativa nº 3, no qual não a Administração não identificou impactos em relação as práticas atuais utilizadas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Aprovação das informações contábeis intermediárias

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião de diretoria, realizada em 22 de fevereiro de 2019.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, ainda não emitidos pelo CPC, cuja adoção iniciada em 2018 não tiveram impactos significativos nas informações contábeis intermediárias e consolidadas. A Companhia descreve os principais pontos da revisão das normas a seguir:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros;
- CPC 47 (IFRS 15) - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

O Grupo avaliou, e não identificou impactos em relação as práticas atuais utilizadas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

A alteração à IFRS mencionada anteriormente ainda não foi editada pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. O Grupo está avaliando o possível impacto dessa alteração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2018	Controladora		Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	92,0% CDI	2	6	9	34
Outros			-	157	28	185
			2	163	37	219
Caixas e bancos			-	1	259	137
Total			2	164	296	356

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contas a receber	5.154	4.013	6.787	8.073
Serviços executados e não faturados	2.170	4.020	11.492	15.561
Total	7.324	8.033	18.279	23.634

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Material de construção e peças de manutenção	69	1.142	2.131	3.318
Material de revenda	-	-	147	149
Total	69	1.142	2.278	3.467

7. Estoque de terrenos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Azevedo & Travassos S.A.	8.065	8.065	8.065	8.065
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	-	3.650
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.	-	-	8.569	8.466
Total	8.065	8.065	16.634	20.181
Ativo circulante	-	-	8.569	12.116
Ativo não circulante	8.065	8.065	8.065	8.065

	M ²	Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017
LOTE Elísio - AT	22.999	3.851	3.851
LOTE 7 - AT	18.144	2.203	2.203
LOTE 8 - AT	17.207	2.011	2.011
LOTE 9 - ATDI - III	-	-	3.650
LOTE 3 - ATDI - IV	5.465	3.208	3.166
LOTE 4 - ATDI - IV	4.343	2.889	2.854
LOTE 5 - ATDI - IV	1.348	1.152	1.139
LOTE 6 - ATDI - IV	1.536	1.320	1.307
Total	71.042	16.634	20.181

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes Elísio, 7 e 8 os valores estão contabilizados no ativo não circulante.

Os lotes 3, 4 e 5 foram integralizados em 31 de março de 2016 e o lote 6 em 30 de dezembro de 2016 como subscrição capital de Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

Notas Explicativas

A Companhia possui os lotes Elísio, 7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.065 e no imobilizado o lote 1 (terreno de 55.568 m2 e construção) no valor de R\$ 11.888, perfazendo um total de R\$ 19.953 e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 48.079.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Despesas/custos seguros a apropriar	33	69	316	527
Despesas/custos antecipados(a)	-	-	-	1.712
Total	33	69	316	2.239

(a) Trata-se de despesas e custos a apropriar da obra do METRO-SP conforme determina o parágrafo 21 do CPC 17.

9. Investimentos e Provisão para passivo a descoberto de controladas

	Controladora					
	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial						
ATE (a)	99,95	99,95	(70.606)	(53.883)	(16.722)	(20.661)
ATDI - III (b)	99,95	99,95	3.354	3.577	(223)	-
AT Infraestrutura Ltda (c)	99,95	99,95	8.403	8.387	16	-
Subtotal investimentos			(58.849)	(41.919)	(16.929)	(20.661)
Investimentos avaliados pelo custo			2	2	-	-
Total investimentos			(58.847)	(41.917)	(16.929)	(20.661)
Ativo não circulante			11.759	11.966		
Passivo não circulante			(70.606)	(53.883)		

a) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto, em 30 de junho de 2018, de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 31 de dezembro de 2017).

O patrimônio líquido da controlada em 30 de junho de 2018 está negativo em R\$ 70.639 (R\$ 53.908 em 31 de dezembro de 2017), e o seu prejuízo do exercício findo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 16.731 (R\$ 20.672 em 30 de junho de 2017).

b) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. – ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015 e 2016, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a Empresa ainda não iniciou suas atividades.

O lote 9 foi dado em garantia ao China Construction Bank - CCB em contrato de empréstimo com a ATE, tendo o banco quitado o empréstimo com esse lote em 04 de abril de 2018 (vide nota 22 e 13.a).

c) Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda.)

A participação foi feita em 14 de março de 2016, através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307. A Empresa iniciou suas atividades em 2017.

Notas Explicativas

10. Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017
Operações:		
- Contrato de aluguel (a)	180	360
- Receita bruta de serviços (b)	843	1.754
- Outras partes relacionadas (c)	-	7
- Mútuo entre ATSA e ATE (d)	318	7.380
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (d)	(24)	(24)
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (d)	(10)	-
- Mútuo entre ATSA e ATDI-III (d)	3.579	25
- Mútuo entre ATSA e AT Infraestrututa Ltda (d)	94	91
- Mútuo entre ATE e AT Infraestrututa Ltda (d)	5	-
- Mútuo entre dirigentes com AT e ATE (e)	1.215	613
- Garantia dada pela Imobel SA Urb e Construtora (f)	1.258	1.258

- (a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel/sede.
- (b) Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos e também pequenos serviços entre a AT INFRA com a AT e ATE com a AT INFRA.
- (c) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (d) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e suas controladas ATDI II e ATDI I, e da AT com suas controladas ATE, ATDI III e ATDI INFRA.
- (e) Os executivos da controlada e controladora ATE emprestaram sem juros em 2018 o valor de R\$ 1.215, por Renato de Almeida Pimentel Mendes, Marina Pimentel Mendes de Almeida, Ivan de Carvalho Junior, Ricardo de Almeida Mendes, Helena de Souza Almeida Mendes e Imobel Participações Societárias S A ;
- (f) Para poder concretizar a repactuação com o Banco Safra, a Imobel S.A. Urbanizadora (empresa dos controladores) deu em garantia de terrenos de sua propriedade.

Honorários dos administradores e benefícios.

Em 30 de junho de 2018, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 907 (R\$ 962 em 30 de junho de 2017), conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	907	902
- Benefícios (ii)	-	60
Total	907	962

(i) Inclui remuneração fixa (salários, honorários e férias).

(ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	Controladora			
		30/06/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.507	(2.247)	4.260	4.390
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	73
Outros	10	521	(326)	195	215
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(708)	7.107	7.135
Total		16.098	(3.941)	12.157	12.335

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		30/06/2018		31/12/2017	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.566	(2.295)	4.271	4.402
Máquinas e equipamentos	10	13.869	(11.878)	1.991	2.764
Veículos	10	13.081	(8.361)	4.720	5.420
Outros	10	7.937	(5.652)	2.285	2.523
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(708)	7.107	7.135
Total		49.790	(28.894)	20.896	22.766

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2018
Edifícios e benfeitorias	6.507	-	-	-	6.507
(-) Depreciação Acumulada	(2.117)	(130)	-	-	(2.247)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	521	-	-	-	521
(-) Depreciação Acumulada	(306)	(19)	-	(1)	(326)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(680)	(29)	-	1	(708)
Total	12.335	(178)	-	-	12.157

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2018
Edifícios e benfeitorias	6.566	-	-	-	6.566
(-) Depreciação Acumulada	(2.164)	(131)	-	-	(2.295)
Máquinas e equipamentos	14.126	-	(257)	-	13.869
(-) Depreciação Acumulada	(11.362)	(694)	183	(5)	(11.878)
Veículos	13.599	-	(518)	-	13.081
(-) Depreciação Acumulada	(8.179)	(563)	381	-	(8.361)
Outros	7.999	70	(132)	-	7.937
(-) Depreciação Acumulada	(5.476)	(264)	84	4	(5.652)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(680)	(29)	-	1	(708)
Total	22.766	(1.611)	(259)	-	20.896

Em 30 de junho de 2018 está registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 3.476, referente a ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

Notas Explicativas

12. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Consolidado			
		30/06/2018		31/12/2017	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	3.505	(3.144)	361	494
Total		3.505	(3.144)	361	494

A mutação do saldo do intangível:

	31/12/2017	Adições	Consolidado		30/06/2018
			Baixas	Transferências	
Softwares	3.505	0	-	-	3.505
(-) Amortização Acumulada	(3.011)	(133)	-	-	(3.144)
Total	494	(133)	-	-	361

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Capital de giro	CCB (a)				-	7.065
Capital de giro	CDI + 3,90% AA	2018 a 09/2024	-	-	26.129	27.475
Finame	9% a.a.	01/2018 a 03/2019	-	-	58	117
Financiamento CDC	1,15% a.m.	01/2018 as 04/2019	-	-	231	257
Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	12/2017 a 08/2018	-	-	196	234
Total			-	-	26.614	35.148
Passivo circulante			-	-	5.260	11.262
Passivo não circulante (b)			-	-	21.354	23.886

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, direitos creditórios, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondentes ao lote 3, 4 e 5 da AT Infraestrutura Ltda. (Banco do Brasil) e lote 9 da ATDI-III (China Construction Bank) e lotes de Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora (Banco Safra).

(a) Em 04/04/18, foi finalizada a quitação do contrato de financiamento firmado pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) com o China Construction Bank - CCB no valor de R\$ 7.057 mil, através da dação ao CCB do lote 09, localizado à Rua Marilac, Bairro de Pirituba, São Paulo e de propriedade da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda., uma vez que este imóvel figurou como garantia (alienação fiduciária) deste financiamento. Este imóvel está contabilizado pelo valor de R\$ 3.604. (vide nota 22).

(b) Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 30 de junho de 2018:

Ano	Consolidado
2019	1.134
2020	3.503
2021	4.251
2022	6.455
2023	3.232
2024	2.779
Total	21.354

Notas Explicativas

14. Obrigações tributárias – outros impostos e PERT

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	7.792	3.345	17.904	8.811
Parcelamentos PERT (a)	-	40	2.532	1.707
Parcelamentos - outros	9	16	80	100
Total	7.801	3.401	20.516	10.618
Não circulante				
Parcelamentos PERT (a)	-	-	31.550	31.545
Parcelamentos - outros	157	156	659	658
Total	157	156	32.209	32.203

- a) Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, prevê o benefício para a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, denominado Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Em 11 de agosto de 2017, foi feita a primeira adesão, em 14 de novembro de 2017 foi feita nova adesão que incorporou a adesão feita em 11 de agosto de 2017 e incluiu, principalmente, débitos relativos a imposto de renda fonte, PIS, COFINS, INSS desoneração e INSS folha.

O parcelamento PERT da controladora venceu em dezembro de 2017 e da controlada ATE de novembro de 2017, sendo parcela 1 a 12 de 0,4%, e a parcela 13 a 24 de 0,5%, a parcela de 25 a 36 de 0,6% e o restante em 84 parcelas.

15. Outras contas a pagar

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Seguros a pagar	27	38	343	385
Intercompany - ATE (Nota 10 (f))	318	7.380	-	-
Intercompany - ATDI-III	3.629	-	-	-
Acordos judiciais	379	360	8.553	4.959
Contrato mutuo (sinalta) (a)	1.750	1.500	2.750	1.500
Honorários conselho fiscal e administrativo	596	308	596	308
Outras	1.061	607	1.679	1.165
Total	7.760	10.193	13.921	8.317

- a) Contrato de mutuo com a empresa Sinalta Propista Sinalização, Segurança e Comunicação Visual Ltda. pela controladora de R\$ 1.750 e com a controlada (ATE) no valor de R\$ 1.000.

16. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Notas Explicativas

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

c) Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

	controladora				consolidado			
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.993)	(23.011)	(13.339)	(25.599)	(10.900)	(23.005)	(19.026)	(35.740)
Adições:								
- Despesas indedutíveis	15	30	14	29	227	493	184	428
Exclusões:								
- Equivalência	6.317	16.929	11.024	20.661	-	-	-	-
- Reversão provisão não dedutível	-	-	-	-	-	-	-	-
- Controladas cálculo lucro presumido	-	-	-	-	106	106	-	-
- Outras exclusões	-	-	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo	(4.661)	(6.052)	(2.301)	(4.909)	(10.567)	(22.406)	(18.842)	(35.312)
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do	1.584	2.057	782	1.669	3.587	7.616	6.395	11.995
prejuízo período janeiro a março de 2018 não contabilizado	(1.584)	(2.057)	-	-	(3.587)	(7.616)	-	-
prejuízo fiscal 2016	-	-	-	-	-	-	-	(340)
Outros	-	-	-	-	-	85	68	144
Imposto de renda e contribuição social ATDI III e INFRA (lucro presumido)	-	-	-	-	(97)	(101)	-	-
Total	-	-	782	1.669	(97)	(16)	6.463	11.799
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	-	(97)	(101)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido prejuízo	-	-	782	1.669	-	-	6.395	11.655
Imposto de renda e contribuição social - diferido diferenças temporárias	-	-	-	-	-	85	68	144
Total	-	-	782	1.669	(97)	(16)	6.463	11.799

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
Receita bruta de produtos e serviços	8.765	2.366	58.621	28.567
	8.765	2.366	58.621	28.567
Deduções de produtos e serviços	(884)	(286)	(7.074)	(3.965)
Impostos sobre produtos e serviços	(884)	(286)	(7.074)	(3.965)
Total	7.881	2.080	51.547	24.602

20. Custos e despesas gerais e administrativas por natureza

Custos

	controladora		consolidado	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
Salários e encargos	919	535	23.576	25.830
Materias	3.431	276	10.568	7.745
Serviços/Locações contratados terceiros	4.298	221	14.855	7.415
Revenda	-	-	189	346
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	-	(7.522)
Outros	791	634	13.472	8.519
Total	9.439	1.666	62.660	42.333

Notas Explicativas

Despesas gerais e administrativas

	controladora		consolidado	
	01/04/2018 à 30/06/2018	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
Salários e encargos	1.661	1.826	4.924	5.836
Serviços contratados de terceiros	95	201	879	850
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	-	(1.195)
Outros	138	224	747	1.801
Total	1.894	2.251	6.550	7.292

21. Outras informações

a) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Passivo Circulante	2.309	2.101	2.309	2.101
Passivo Não Circulante	43.182	43.344	43.182	43.344
Total	45.491	45.445	45.491	45.445

A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9.964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.

Notas Explicativas

A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 30 de junho de 2018 é de R\$ 45.491 (R\$ 45.445 em 31 de dezembro de 2017).

b) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 30 de junho de 2018 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2017). Vide nota 21 g.2

c) Provisão para obrigações legais - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 30 de junho de 2018, está provisionado na Controladora o montante de R\$ 1.000, e no consolidado R\$ 7.690 o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida. Os processos trabalhistas em que o Grupo é parte são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

Notas Explicativas

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2016
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.514	10.514	32.598	32.598
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	558	558	4.263	4.178
Reavaliação de bens	(4.805)	(4.815)	(4.805)	(4.815)
Total	6.267	6.257	32.056	31.961

O valor não constituído de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base de cálculo negativa de contribuição social estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Base cálculo	44.352	186.315
34%	15.080	63.344
Já utilizado acima	(10.514)	(32.598)
Total	4.566	30.746

e) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 30 de junho de 2018 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

f) Arrendamento mercantil

Em 30 de junho de 2018 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 196 (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2017), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal mais encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 210 (R\$ 306 em 31 de dezembro de 2017), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

Exercícios	30/06/2018	31/12/2017
2017	-	48
2018	210	258
Total	210	306

Notas Explicativas

g) Ações judiciais ativas

g.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

As ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada (ATE), julgadas favoravelmente em 1ª. e 2ª. instâncias que estavam sobrestadas, aguardam prosseguimento, tendo em vista que em 15/03/2017, os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizaram o julgamento do RE n.º 574.706, ao qual foi atribuído o efeito da repercussão geral. Nesta sessão de julgamento, por maioria de votos, entenderam que o valor do ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS. Muito embora o julgamento tenha apreciado a questão do ICMS, tal precedente tende a ser aplicado ao ISS, na medida em que tal imposto não constitui faturamento ou receita do contribuinte, mas tributo devido ao Município. Atualmente, muito embora a matéria tenha sido apreciada pela Suprema Corte, aguarda-se a modulação dos efeitos desta decisão, para, posteriormente, ser reconhecido este ativo, o qual estima-se para Companhia (ATSA) de R\$ 201 e, para a ATE de R\$ 5.455 mil.

g.2) Ação DER/SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instância, sendo certo que na perícia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

g.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse título, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instâncias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instância, aguardando julgamento pela 2ª Instância, não sendo, neste momento, possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

g.4) Precatório judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31/12/2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.769 mil, em 31.12.2017 e em 30.06.2018.

g.5) multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 30 de junho de 2018 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 144 para a ATSA e R\$ 1.314 para a ATE.

Notas Explicativas

g.6) Ação DER – Majoração da alíquota do ISS de Cubatão-SP

A Companhia ingressou com ação indenizatória pelas perdas decorrentes da majoração da alíquota do ISS de Cubatão/SP, de 2% para 5%, referente ao contrato administrativo n.º 18.374-0, estimando-se um valor envolvido de R\$ 1.136.

22. Baixa de contrato de financiamento

Em 04 de abril de 2018 foi quitado o contrato de financiamento entre a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) com o China Construction Bank – CCB, no valor de R\$ 7.057, com dação em pagamento do lote 09 de propriedade da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda., imóvel que estava em alienação fiduciária deste financiamento e que estava contabilizado por R\$ 3.604.

23. Eventos subsequentes

Em 02 de julho de 2018, a Companhia comunicou Fato Relevante em que a acionista controladora, Helber S.A Participações e Administração (Helber) e outros celebraram contrato de compra e venda de ações (CCVA) com a AJC Holding Intermediações e Participações S.A. onde se comprometeram a alienar 24,69% das ações ON e 19,22% das ações PN da Companhia.

Em 20 de julho de 2018 a Companhia comunicou Fato Relevante sobre a emissão de 15.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 séries, para colocações privada, com valor nominal unitário de R\$ 1, sendo o total da emissão de R\$ 15.000 subscrita pela AJC Holding Intermediações e Participações S.A.

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia comunicou Fato Relevante sobre o início do processo de distrato, em caráter definitivo, do CCVA uma vez que houve o descumprimento pela AJC de todas as suas obrigações contratuais.

Entre estas obrigações não cumpridas, está a não integralização das Debêntures conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de julho de 2018.

A Companhia estuda medidas judiciais para ressarcimento dos prejuízos causados aos negócios da Companhia pelo não cumprimento desta obrigação

Fruto deste inadimplemento, a partir do terceiro trimestre de 2018, a Companhia deixou de pagar:

- a) acordos firmados na justiça do trabalho que, se não renegociados, incorrerão em multas sobre o saldo devedor;
- b) algumas parcelas do REFIS 1 a serem regularizadas.
- c) Conforme informado anteriormente, a Controlada optou por aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, optando pela modalidade que previa o pagamento da dívida consolidada em até 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas observando-se percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida. Contudo, considerando a grave situação econômica financeira da Companhia, não foi possível a efetivação da consolidação do parcelamento em 12/2018. Diante disto, como forma de mitigar e equacionar os débitos tributários federais os controladores estão estudando a viabilidade da efetivação da dação em pagamento de bens imóveis, nos moldes estabelecidos pela Lei 13.259/2016 (art. 4º) e Portaria PGFN 32/2018 que estabeleceu os critérios para sua execução, lembrando que, a dação em pagamento é modalidade de extinção dos débitos inscritos em dívida ativa da União. Não obstante, a Controlada ainda apresenta a possibilidade de realização de parcelamento convencional (Ordinário), no qual os débitos poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, nos termos

Notas Explicativas

da legislação vigente. Adicionalmente, considerando a existência de bens imóveis, a Controlada poderá se valer destes para garantir o crédito tributário, e, viabilizar eventual discussão sobre os valores exigidos, se for o caso.

Em 3 de setembro de 2018, o contrato junto a Lógum Logística S.A. , depois de dois anos de serviços de levantamento de dados e projetos necessários para início dos serviços propriamente dito, foi rescindido e colocado novamente em licitação. O Grupo apresentou nova proposta em consórcio, mas não venceu a licitação.

Em 13/12/2018 foi comunicada a rescisão pela Petrobras Transporte S.A.-TRANSPETRO do Contrato 4600012513- TEMADRE estando em negociação com o cliente para que os valores referentes à medição final com as verbas de desmobilização, sejam usadas para quitar passivos locais.

Em 04 de janeiro de 2019, foi publicada a rescisão unilateral pela Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metro dos contratos de Nr.4086621301 -Estações e de Nr.4099621301-Ciclovias. A empresa buscará meios extrajudiciais ou judiciais para fazer valer seus direitos por serviços executados e não pagos.

Em novembro, foram assinados dois novos contratos e emitidas ordens de serviços no valor de R\$ 6.838.

De 01/07/2018 até 31/01/2019, mesmo com condições tão adversas, o Grupo entregou R\$ 1.006.735, em propostas comerciais. A Companhia possui um histórico de contratar algo em torno de 9% do total das propostas apresentadas.

A Petróleo Brasileiro S.A.- PETROBRAS em 23/01/2019 revalidou o CRC – Certificado de Registro Cadastral do Grupo para o exercício de 2019 através do Programa de Gerenciamento de Fornecedores – PROGEF.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMENTÁRIO SOBRE COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT-INFRA) e as suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atividades nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, dentro de um cenário de retomada de crescimento da economia do País, tendem a demandar serviços em maior escala que necessitarão de companhias com o acervo técnico, a expertise e a credibilidade das empresas do Grupo Azevedo & Travassos. A abrangência das Áreas de Negócios pode ser assim resumida:

a) Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura

A Azevedo & Travassos (ATSA, ATE e AT - INFRA) participa de forma seletiva em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. Diante da crise orçamentária de alguns Estados e Municípios, o objetivo será trabalhar para aqueles que apresentem *superávit* orçamentário e que terão planos de investimentos para os próximos anos.

As empresas concessionárias de serviços públicos devem demandar serviços para o segmento de Construção Pesada. Os principais setores que receberão estes investimentos serão os de mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos, saneamento, geração de energia e aeroportos.

Existe a expectativa de que o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI poderá gerar R\$ 142 bilhões em investimentos nos próximos anos em novas concessões e privatizações. Recentemente o Conselho do PPI aprovou 31 empreendimentos em infraestrutura no valor de R\$ 10 bilhões.

No segmento de Construção Civil Industrial espera-se a retomada de investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção.

A Diretoria está empenhada em conquistar novos Clientes e, assim, oferecer maior equilíbrio à sua Carteira de Obras.

b) Montagem Eletromecânica

A Azevedo & Travassos participa intensamente no segmento de Óleo e Gás (gasodutos, oleodutos e montagem eletromecânica) e dutos em geral como etanoldutos e minerodutos. Seus principais clientes são:

PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Especificamente no mercado de Concessionárias de Gás, da continuidade à sua atuação junto aos clientes tradicionais, como: BAHIAGÁS, BR DISTRIBUIDORA, CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1) Perfuração Direcional Horizontal

A Azevedo & Travassos executa serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros, com boas expectativas de novas contratações. Esta Área de Negócios está abrindo novas frentes e criando novas oportunidades, inclusive no segmento marítimo (“*off shore*”).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

c.2) Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção com sondas terrestres em poços de petróleo estão suspensos desde 2012 pela baixa rentabilidade, mas que podem ser retomados pois existe a expectativa de novas licitações de áreas de exploração e produção de petróleo em terra e a mudança de estratégia da Petrobras em repassar à iniciativa privada campos marginais.

d) Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás

Aproveitando a experiência em perfuração e produção de petróleo, a partir de 2016, vem atuando em manutenção de instalações existentes de processamento, armazenamento e transporte de óleo e gás, uma das prioridades de investimento da PETROBRAS.

e) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 125 mil m² em terrenos (incluindo o lote de 55 mil m², onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Azevedo & Travassos o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, que vêm sendo realizados através de subsidiárias na forma de SPE – Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda.

Também está sendo considerada a desmobilização de parte dessas áreas para fazer frente aos seus passivos, uma vez que com a melhora das expectativas para a economia, pode surgir uma movimentação positiva desse mercado, inclusive com o aparecimento de potenciais investidores nos referidos imóveis.

Confirmando esta percepção, tem circulado nos meios de comunicação a informação que as Incorporadoras deverão reforçar a compra de terrenos para manter a sua expansão para um horizonte de 3 anos de lançamentos.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

1. Fatos Relevantes

Em 27 de março de 2018 foi divulgado o seguinte Fato Relevante (FR):

“A Azevedo Travassos S.A., com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1050, inscrita no CNPJ sob o nº 61.351.532/0001-68 (“COMPANHIA”), vem informar ao mercado, na forma da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, com suas posteriores alterações, que foi comunicada pela HELBER S.A. Participações e Administração que esta recebeu proposta vinculante formulada pela AJC Holding Intermediações e Participações S.A. para aquisição da totalidade de suas ações ordinárias de emissão da COMPANHIA, as quais representam o controle acionário da COMPANHIA. As partes desenvolverão os entendimentos e tratativas, bem como a realização das análises e auditorias cabíveis para a consecução da referida transação.

Em 02 e 20 de julho/2018, foram divulgados dois Fatos Relevantes relacionados com o FR acima citado e que estão disponibilizados nos sites da Companhia e da B3.

2. Acordo de Acionistas

Foi celebrado em 19/07/2018 um Acordo de Acionistas entre a HELBER S.A. Participações e Administração e a AJC Holding Intermediações e Participações S.A., cujo teor pode ser encontrado nos sites da Companhia e da B3.

3. Distrato do Acordo de Acionistas

Em relação Acordo do item 2 foi realizado o seu Distrato em 26/10/18 entre a **HELBER** S.A. Participações e Administração e a **AJC** Holding Intermediações e Participações S.A., cujo teor pode ser encontrado nos sites da Companhia e da B3.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Azevedo & Travassos S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária” e com a norma internacional IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias em regime normal de operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Conforme divulgado na Nota 1.3, em 30 de junho de 2018 a Companhia incorreu, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, no prejuízo individual e consolidado de R\$ 23.011 mil e R\$ 23.021 mil, respectivamente, e, nessa data, o patrimônio líquido individual e consolidado estava negativo em R\$ 101.340 mil e R\$ 101.375 mil, respectivamente, e o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 26.005 mil e R\$ 60.850 mil, respectivamente. Conforme divulgado na Nota 23, os eventos ocorridos entre a data destas informações contábeis intermediárias e a data da emissão de nosso relatório de revisão indicam uma degradação da situação financeira da Companhia. As ações que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia para reverter essa situação e buscar a retomada da lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio da reposição da carteira de obras, entre outras ações operacionais e financeiras, estão descritas na Nota 1.3, contudo, a eventual não confirmação das ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.3, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Observação Inicial

Parecer do Conselho Fiscal não se aplica para o segundo trimestre/18.

Metodologia de funcionamento do Conselho Fiscal na Companhia

Os membros do Conselho Fiscal da ATSA reúnem-se periodicamente, na sua sede, para analisarem as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatórios de Revisão Especial de Auditoria Externa e os ITRs referentes aos 3 primeiros trimestres de cada exercício social.

O Conselho Fiscal, após a análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro compreendendo as Notas Explicativas, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e o Relatório dos Auditores Independentes, emite o seu RELATÓRIO recomendando o encaminhamento dos citados documentos para a deliberação da Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não foi instalado o Comitê de Auditoria na Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não foi instalado o Comitê de Auditoria na Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao segundo trimestre de 2018.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Grant Thornton Auditores Independente (Grant Thornton Brasil) relativo ao segundo trimestre de 2018.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo